

RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.045 - RS (2013/0387766-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA E OUTRO**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA - RS004094**
 : **LÍGIA RIBEIRO DE OLIVEIRA - RS008105**
RECORRIDO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **EVANDRO GARCZYNSKI E OUTRO(S) - RS045367**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA e VÂNIA VALLANDRO DE AZAMBUJA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de ação revisional proposta por ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA e VÂNIA VALLANDRO DE AZAMBUJA contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 93/98).

Diante disso, ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA e VÂNIA VALLANDRO DE AZAMBUJA interpuseram apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TRF 4ª Região, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 141):

"SFH. CDC. TR. SACRE. TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO.

1. Versando a matéria deduzida na presente ação sobre questões de direito, o indeferimento de prova pericial não configura cerceamento de defesa 2. A invocação genérica e abstrata de necessidade de proteção ao consumidor não tem nenhum efeito prático quando não verificada prática abusiva pelo agente financeiro.

3. Não há qualquer ilegitimidade na aplicação da TR, tendo em vista que o contrato explicitamente elegeu o índice da caderneta de poupança para a correção do saldo devedor.

4. O sistema SAC de amortização não contém capitalização de juros (anatocismo).

5. Nos contratos vinculados ao SFH, a atualização do saldo devedor antecede sua amortização pelo pagamento da prestação.

6. Sendo a cobrança das taxas de administração livremente pactuada, sem violação da boa-fé dos contratantes, não há que se falar em ilegalidade na sua cobrança."

Inconformados, ANTÔNIO CARLOS DE AZAMBUJA e VÂNIA

VALLANDRO DE AZAMBUJA manejaram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 285-A do CPC/73; e dos arts. 6º, incisos IV, V, VIII, 39, 47, 51, inciso LV, e 52, § 1º, do CDC.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 167).

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretendem trânsito, sustentam os recorrentes a violação do art. 285-A do CPC/73, ao argumento de que não caberia o julgamento antecipado da lide, pois seria necessária a produção de prova pericial. O eg. TRF 4ª Região, por seu turno, concluiu que a matéria seria apenas de direito, conforme transcrição a seguir (fl. 138):

Cerceamento

De Defesa Versando a matéria deduzida na presente ação sobre questões de direito, o indeferimento de prova pericial não configura cerceamento de defesa, pois o que foi versado nos autos foi devidamente analisado e fundamentado pelo MM Juízo a quo mesmo com o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 285-A.

Ao Juiz é que cabe aferir a necessidade ou não de determinada prova, conforme disposto no art. 130 do CPC, e julgar de plano a controvérsia, especialmente se já proferida sentença de total improcedência em casos idênticos.

Com efeito, é entendimento pacífico desta eg. Corte Superior de que o mero julgamento antecipado do lide não gera cerceamento de defesa, bem como que a análise acerca da suficiência do acervo probatório demandaria revolvimento fático-probatório, providência incompatível com o apelo especial, conforme Súmula 7/STJ. Corroboram essa conclusão os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS/EMBARGANTES.

1. Admissível o agravo, apesar de não infirmar a totalidade da decisão embargada, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz à preclusão das matérias não impugnadas.

2. Consoante o princípio do livre convencimento motivado do juiz, este é o destinatário final das provas, de modo que cabe a ele decidir quanto à necessidade ou não dessas, não configurando cerceamento de defesa a decisão pelo julgamento

antecipado do feito ou o indeferimento do pedido de produção probatória, especialmente quanto o magistrado entender que os elementos contidos nos autos são suficientes para formar seu convencimento. Precedentes. Incidência das Súmulas 7/STJ e 83/STJ.

3. A reforma do acórdão estadual, no sentido pretendido pela parte recorrente, exigiria ilidir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre as cláusulas da avença firmada entre as partes e sobre a existência de determinação, por parte do BNDES, para que a casa bancária não realizasse o repasse das verbas. Incidência das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

4. A revisão dos valores arbitrados a título de honorários advocatícios, bem como da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, providência incabível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 374.153/RJ, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018, g.n.)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NECESSIDADE DE REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

2. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, dirigir a instrução e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento 3. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de cláusulas contratuais e de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento".

(AgInt no AREsp 1201100/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 22/05/2018, g.n.)

Outrossim, os recorrentes invocam a ofensa dos arts. 6º, incisos IV, V, VIII, 39, 47, 51, inciso LV, e 52, § 1º, do CDC, ao argumento de que seria aplicável o diploma consumerista aos contratos regidos pelo Sistema Financeiro Habitacional. Com efeito, o

entendimento deste Sodalício é no sentido de ser possível aplicar a Lei 8.078/90 a esses contratos, salvo aqueles anteriores ao referido código e aqueles de mútuo habitacional vinculados ao FCVS (AgInt no AREsp 1465591/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019).

Na hipótese dos autos, apesar de o eg. TRF 4ª Região afastar a incidência do código consumerista, deixou de especificar se o contrato é anterior à Lei n.º 8.078/90 ou se está vinculado ao FCVS. Dessa forma, nesse ponto, o recurso especial não merece acolhimento devido à ausência de prequestionamento dos fundamentos necessários para apreciar a controvérsia. Incumbiria aos recorrentes, nesse diapasão, apresentar embargos de declaração e invocar a ofensa do art. 535 do CPC/73, o que não ocorreu na espécie. Incidem, portanto, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Por conseguinte, também resta prejudicada a análise dos demais argumentos expostos relativos à inversão do ônus probatório, capitalização de juros, taxas administrativas, revisão e adequação do contrato. Isso porque os recorrentes pautaram seus fundamentos nos arts. 6º, incisos IV, V, VIII, 39, 47, 51, inciso LV, e 52, § 1º, do CDC. Ocorre que, como mencionado, tais dispositivos não foram apreciados pelo eg. Tribunal *a quo*. Assim, além de carecerem do necessário prequestionamento, as razões recursais encontram-se dissociadas do v. acórdão vergastado, o que atrai a Súmula 284/STF.

Nessa linha de inteligência, confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXA DE CONDOMÍNIO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. Incide a Súmula n. 284 do STF quando a fundamentação recursal alega violação de dispositivo legal cujo conteúdo jurídico é dissociado da tese defendida no recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1453600/PE, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 05/11/2019, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA PARA CIRURGIA EM

HOSPITAL CREDENCIADO. ENFERMIDADE COBERTA PELO PLANO. ILEGALIDADE COMPROVADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1809822/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 25/09/2019, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

(...)

2. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões insuficientes para compreensão da controvérsia ou dissociadas, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

Precedentes 3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1214531/SC, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 30/08/2019, g.n.)

Por fim, o recurso especial também não merece acolhimento pela divergência jurisprudencial, pois não há similitude fática e jurídica entre os arestos paradigmas e o v. acórdão recorrido.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator